



Município de Santarém
CÂMARA MUNICIPAL

UNIÃO DE FREGUESIAS ACHETEIAZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM



**BENEFICIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DIVERSOS 2020
– PROJ GOP'S 4/20-2014/5001-13 : MY DOC 17254**

CADERNO DE ENCARGOS

(De acordo com o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos e as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 149/2012)

CADERNO DE ENCARGOS
ÍNDICE

Capítulo I	4
Cláusulas Gerais	4
Disposições Gerais	4
Objecto	4
Disposições por que se rege a empreitada	4
Interpretação dos documentos que regem a empreitada	5
Esclarecimento de dúvidas	6
Projecto	7
Capítulo II	7
Obrigações do empreiteiro	7
Secção I	7
Preparação e planeamento dos trabalhos	7
Preparação e planeamento da execução da obra	7
Plano de trabalhos ajustado	9
Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos	10
Secção II	11
Prazos de execução	11
Prazo de execução da empreitada	12
Cumprimento do plano de trabalhos	12
Multas por violação dos prazos contratuais	13
Actos e direitos de terceiros	13
Secção III	14
Condições de execução da empreitada	14
Condições gerais de execução dos trabalhos	14
Erros ou omissões do projecto e de outros documentos	15
Alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro	16
Menções obrigatórias no local dos trabalhos	16
Ensaíos	17
Medições	17
Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados	18
Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra	18
Outros encargos do empreiteiro	19
Secção IV	20
Pessoal	20
Obrigações gerais	20
Horário de trabalho	20
Segurança, higiene e saúde no trabalho	21
Capítulo III	22
Obrigações do dono da obra	22
Preço e condições de pagamento	22
Adiantamentos ao empreiteiro	23



Descontos nos pagamentos.....	23
Mora no pagamento.....	24
Revisão de preços.....	24
Secção VI 26	
Seguros 26	
Contratos de seguro.....	26
Outros sinistros.....	27
Capítulo IV.....	28
Representação das partes e controlo da execução do contrato.....	28
Representação do empreiteiro.....	28
Representação do dono da obra.....	29
Livro de registo da obra.....	30
Capítulo V 30	
Recepção e liquidação da obra.....	30
Recepção provisória.....	31
Prazo de garantia.....	31
Recepção definitiva.....	32
Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução.....	33
Capítulo VI.....	33
Disposições finais.....	33
Deveres de informação.....	33
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	34
Resolução do contrato pelo dono da obra.....	35
Resolução do contrato pelo empreiteiro.....	37
Arbitragem.....	39
Comunicações e notificações.....	39
Contagem dos prazos.....	40
Capítulo VII.....	40
Cláusulas Técnicas Especiais Relativas à Natureza e à Qualidade dos Materiais.....	40
1. Disposições gerais.....	40
2. Aditivos para betão pobre e betão de cimento.....	40
3. Água.....	41
4. Brita.....	41
5. Betume asfáltico.....	42
6. Betume fluidificado.....	43
7. Aditivos especiais para misturas betuminosas.....	43
8. Materiais para sub-base.....	43
9. Materiais para base de granulometria extensa.....	43
10. Materiais para base granular tratada com cimento.....	44
11. Agregado grosso e fino para misturas betuminosas.....	45
12. Água, areia e brita para betões.....	45
13. Aços para aberturas.....	46
14. Madeiras.....	46
15. Moldes para Betão.....	47
16. Natureza dos Materiais.....	47
17. Preparação da Área de intervenção.....	47



Capítulo I

Cláusulas Gerais

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada de "BENEFICIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DIVERSOS 2019 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM - PROJ GOP'S 4/20-2014/5001-13".

Cláusula 2.ª

Disposições por que se rege a empreitada

1 - A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e alterações introduzidas pelo Decreto Lei 149/2012 (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP");
- c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respectiva legislação complementar;
- d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- e) Às regras da arte.



2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;

c) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;

d) O caderno de encargos;

e) O projecto de execução;

f) A proposta adjudicada;

g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;

h) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2 - Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projecto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 - No caso de divergência entre as várias peças do projecto de execução;



a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;

b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respectivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;

c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projecto de execução.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1 - As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao director de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao director de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 – O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja



feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha reflectido.

Cláusula 5.ª

Projecto

1 - O projecto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado neste procedimento, do qual constam o conjunto das peças escritas e desenhadas.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1 - O empreiteiro é responsável:

- a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea *a)* do n.º 4 da presente cláusula.

2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

3 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projecto que sejam detectados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adoptar na realização dos trabalhos;

f) A apresentação pelo empreiteiro dos seguintes desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projecto:

- a sujeitar à aprovação do dono da obra e respectiva fiscalização, devendo estes elementos complementares considerar a solução técnica que se adeque à condição de obra pública, ao nível da qualidade dos materiais e estética dos mesmos.

g) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;

h) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas *f)* e *g)*;

i) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

Cláusula 7.º

Plano de trabalhos ajustado

1 – No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respectivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

2 – O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

3 - O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:



- a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
- b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

4 - O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

- 1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.
- 3 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável



ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4 - Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adoptando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

6 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7 - Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.º



Prazo de execução da empreitada

1 - O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor – o prazo de execução da empreitada é de 15 dias;

c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua recepção provisória no prazo de 20 dias.

2 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de acção e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 - Pela conclusão da execução da obra antes do prazo fixado na alínea c) do n.º 1 o dono da obra procede ao pagamento dos seguintes prémios ao empreiteiro:

Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

Cláusula 10.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1 - O empreiteiro informa mensalmente o director de fiscalização da obra dos desvios que se verificarem entre o desenvolvimento efectivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o director de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

Cláusula 11.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2 ‰ do preço contratual.

2 - No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 - O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 12.ª

Actos e direitos de terceiros

1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o director de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.



2 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem susceptíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao director de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projecto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.

2 - Relativamente às técnicas construtivas a adoptar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projecto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 14.ª

Erros ou omissões do projecto e de outros documentos

1 - O empreiteiro deve comunicar ao director de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.

2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspecto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré contratual ou contratual de elaborar o projecto de execução.

3 - Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e de anteriores trabalhos a mais não exceder 50% do preço contratual.

4 - O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

5 - O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja detecção era exigível na fase de formação do contrato nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, excepto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

6 - O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua detecção na fase de formação dos contratos,



também não tenham sido por ele identificados no prazo de 20 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua detecção.

Cláusula 15.ª

Alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro

1 - Sempre que propuser qualquer alteração ao projecto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 - Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 - Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 16.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respectivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projecto, do caderno de encargos, do



clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos colectivos de trabalho aplicáveis.

4 - Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projecto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 17.ª

Ensaio

1 - Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3 - No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 18.ª

Medições

1 - As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projecto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra



são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 - Os pagamentos ao empreiteiro serão efectuados mediante medições periódicas a acordar entre o dono da obra e o empreiteiro, na altura da elaboração do contrato.

3 - Os métodos e os critérios a adoptar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;

b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 19.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 - No caso de o dono da obra ser demandado por infracção na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 20.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.



2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o director de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adoptadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efectuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;

b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 21.ª

Outros encargos do empreiteiro

1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à recepção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da actuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;

2 - Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.



Secção IV

Pessoal

Cláusula 22.ª

Obrigações gerais

- 1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respectivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
- 3 - A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
- 4 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respectivo plano.

Cláusula 23.ª

Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respectivo programa ao director de fiscalização da obra.



Cláusula 24.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o director de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o director de fiscalização da obra o exigir, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 32.ª.

5 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o director de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.



Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 25.ª

Preço e condições de pagamento

- 1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total correspondente ao valor da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o valor base de concurso que é de 17.950,99€ (dezasete mil novecentos e cinquenta euros e noventa e nove cêntimos).
- 2 - Os pagamentos a efectuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 18.ª.
- 3 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura, em face dos autos de medição apresentados e após transferência financeira da Câmara Municipal de Santarém.
- 4 - As facturas e os respectivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respectivas instruções fornecidos pelo director de fiscalização da obra.
- 5 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo director de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
- 6 - No caso de falta de aprovação de alguma factura em virtude de divergências entre o director de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respectiva factura ao empreiteiro, para que este elabore uma factura com os valores aceites pelo director de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 26.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1 - O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.

3 - Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 - A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efectuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 27.ª

Descontos nos pagamentos

1 - O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 28.ª



Mora no pagamento

1 - Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 29.ª

Revisão de preços

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de garantia de preços.

2 - É aplicável à revisão de preços a fórmula tipo estabelecida para obras da mesma natureza constante de lei.

3 - A revisão de preços obedece às seguintes condições:

a) Os custos de mão-de-obra e de materiais, fixados de acordo com os valores médios praticados no mercado, são os indicados neste caderno de encargos ou no título contratual;

b) A garantia de custo de mão-de-obra abrange exclusivamente as profissões enumeradas neste caderno de encargos;

c) A garantia de custo de mão-de-obra não abrange os encargos de deslocação e de transporte do pessoal do empreiteiro nem os agravamentos correspondentes à



prestação de trabalho em horas extraordinárias que não estejam expressamente previstas neste caderno de encargos;

d) A revisão de preços relativa ao custo de mão-de-obra incidirá sobre o valor correspondente à percentagem fixada na legislação sobre revisão de preços;

e) O empreiteiro obriga-se a enviar ao director de fiscalização da obra o duplicado das folhas de salários pagos na obra, do qual lhe será passado recibo, no prazo de cinco dias a contar da data de encerramento das folhas;

f) Em anexo ao duplicado das folhas de salários, o empreiteiro obriga-se a enviar também um mapa com a relação do pessoal e respectivos salários e encargos sociais a que corresponda ajustamento de preços no qual figurem os montantes calculados na base dos que forem garantidos, dos efectivamente despendidos e as correspondentes diferenças a favor do dono da obra ou do empreiteiro;

g) O dono da obra pode exigir ao empreiteiro a justificação de quaisquer salários ou encargos sociais que figurem nas folhas enviadas ao director de fiscalização da obra;

h) Os preços garantidos para os materiais são considerados como preços no local de origem do fornecimento ao empreiteiro e não incluem, portanto, os encargos de transporte e os que a este forem inerentes, salvo se neste caderno de encargos se especificar de outra forma;

i) Se para a aquisição de materiais de preço garantido tiverem sido facultados adiantamentos ao empreiteiro, as quantidades de materiais adquiridos nessas condições não são susceptíveis de revisão de preços a partir das datas de pagamento dos respectivos adiantamentos;

j) Independentemente do direito de vigilância sobre os preços relativos à aquisição de materiais de preço garantido, o dono da obra tem o direito de exigir do empreiteiro a justificação dos respectivos preços.

4 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.



Secção VI

Seguros

Cláusula 30.ª

Contratos de seguro

1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respectivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efectivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da recepção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afectas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não



se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6 - Todas as apólices de seguro e respectivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 31.^a

Outros sinistros

1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afectos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afectos à obra pelos subempreiteiros se encontram seguros.

2 - O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve



cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeltórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3 - O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anterior deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4 - No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respectivo valor patrimonial.

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 32.ª

Representação do empreiteiro

1 - Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um director de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: Engenheiro Civil.

3 - Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do director de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser



acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direcção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspectos técnicos da execução da empreitada são dirigidos directamente ao director de obra.

5 - O director de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6 - O dono da obra poderá impor a substituição do director de obra, devendo a ordem respectiva ser fundamentada por escrito.

7 - Na ausência ou impedimento do director de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o director de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correcta aplicação do documento referido na alínea *f)* do n.º 4 da cláusula 6.ª.

Cláusula 33.ª

Representação do dono da obra

1 - Durante a execução o dono da obra é representado por um director de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.



2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do director de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 - O director de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, exceptuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 34.ª

Livro de registo da obra

1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo director de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 - Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
a) Acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos;

3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do director da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo director de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Recepção e liquidação da obra

Cláusula 35.ª



Recepção provisória

- 1 - A recepção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efectuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
- 2 - No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua recepção provisória, esta é efectuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objecto de deficiência.
- 3 - O procedimento de recepção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 36.º

Prazo de garantia

- 1 - O prazo de garantia varia de acordo, nos termos do n.º 3 do art.º 397.º do Código dos Contratos Públicos, com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
 - c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.
- 2 - Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.



3 - Exceptuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 37.ª

Recepção definitiva

1 - No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de recepção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 - A recepção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respectivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detectar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correcção dos problemas detectados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 38.ª



Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1 - Feita a recepção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 - Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detectados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:

a) 25 % do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do segundo ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correcção de defeitos, designadamente as de garantia;

b) Os restantes 75 %, no prazo de 30 dias após o termo de cada ano adicional do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correcção de defeitos, na proporção do tempo decorrido, sem prejuízo da liberação integral, também no prazo de 30 dias, no caso de o prazo referido terminar antes de decorrido novo ano.

3 - No caso de haver lugar a recepções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à recepção parcial.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 39.ª

Deveres de informação



1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afectar os respectivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3 - No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afectada a execução do Contrato.

Cláusula 40.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2 - O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

3 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo director de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.



5 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 - A responsabilidade pelo exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8 - A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 41.ª

Resolução do contrato pelo dono da obra

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
- b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, directivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direcção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;



e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;

h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

p) Se não foram corrigidos os defeitos detectados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.



2 - Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respectivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 - No caso previsto na alínea *g)* do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 - A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respectiva importância.

Cláusula 42.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a)* Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b)* Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c)* Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d)* Exercício ilícito dos poderes tipificados de confirmação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e)* Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f)* Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de actos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 - Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 43.ª



Arbitragem

1 - Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do Contrato podem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas *b)* a *d)*, a arbitragem respeita as regras processuais propostas pelos árbitros;

b) O Tribunal Arbitral tem sede em Leiria e é composto por três árbitros;

c) O dono da obra designa um árbitro, o empreiteiro designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;

d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve esse ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.

2 - O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Cláusula 44.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 47.ª



Contagem dos prazos

1 - Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Capítulo VII

Cláusulas Técnicas Especiais Relativas à Natureza e à Qualidade dos Materiais

1. Disposições gerais

1 - Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste caderno de encargos, fica o empreiteiro obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com os trabalhos a realizar.

2 - Antes de proceder à aplicação ou assentamento de qualquer elemento e/ou material, não especificado no caderno de encargos ou no projecto, deverá o mesmo ser presente e aceite pelo dono da obra ou pela fiscalização da obra.

Caso o mesmo não apresente um comportamento considerado satisfatório, após a sua aplicação, a fiscalização da obra, poderão ordenar a sua retirada.

3 - É condição fundamental que todos os materiais a aplicar sejam de qualidade, podendo a fiscalização da obra, exigir as homologações e as suas origens.

2. Aditivos para betão pobre e betão de cimento

1 - Só poderão ser incluídos aditivos na composição do betão se forem autorizados pela fiscalização e se for demonstrado mediante ensaios atempados, que o aditivo, nas proporções previstas, produz o efeito desejado sem perturbar excessivamente

as restantes características do betão e das armaduras. Para além dos introdutores de ar, os aditivos a utilizar poderão ser:

- plastificantes (diminuição do teor em água para uma mesma maleabilidade)
- retardadores de presa
- excepcionalmente, aceleradores de presa (betonagem em tempo frio)

3. Água

1 - A água a empregar deverá ser doce, limpa e isenta de quaisquer substâncias orgânicas, cloretos, sulfatos ou outros sais, em percentagens prejudiciais, bem como óleos, ácidos ou outras impurezas, e obedecer ao que está previsto na legislação em vigor.

3 - As areias deverão ser rijas, lavadas, isentas de argila ou substâncias orgânicas, gesso ou quaisquer impurezas que possam prejudicar a presa ou a capacidade resistente do betão e argamassa e não podem ser atacáveis pela água.

4 - As areias serão provenientes de jazigos naturais e o teor em carbonatos deverá ser inferior a 30%; o equivalente de areia superior ou igual a 75%.

As areias para betão deverão possuir a curva granulométrica na Norma Portuguesa NP ENV 206 e suas referências.

A percentagem máxima dos elementos retidos no peneiro de 4mm deverá ser inferior a 10%.

A Fiscalização reserva-se o direito de fazer os ensaios que julgar necessários para verificação das características das areias.

4. Brita

1 - A pedra para britar deverá ser escolhida entre a mais dura das pedreiras exploradas e não será gelada ou atacável pelo ar ou pela água.

2 - A pedra e o seixo britados serão bem limpos e isentos de terra ou de quaisquer outras matérias, lavando-se quando necessário.



3 - A brita deve ficar com a forma angulosa, sendo rejeitada a lamelar.

4 - Os agregados médios ou grossos, para betões com uma dosagem em cimento de 300 Kg por m³ ou superior, também obedecerão à Norma Portuguesa NP ENV 206 e suas referências.

5 - Os agregados serão britados ou semi-britados e provenientes de pedras com as necessárias características, principalmente no que respeita à resistência mecânica, forma e composição química; não deverão conter em quantidades prejudiciais películas de argila ou qualquer outra matéria isolante do ligante, partículas moles, friáveis ou demasiadamente finas, matéria orgânica ou outras impurezas.

5 - O cimento será fornecido a granel ou em sacos.

O cimento fornecido a granel deve ser armazenado em silos equipados com termómetros. Quando fornecido em sacos não será permitido o seu armazenamento a céu aberto, devendo ser guardado com todos os cuidados indicados na Norma Portuguesa NP ENV 206 e suas referências.

Será rejeitado todo o cimento que se apresente endurecido, com grânulos, ou que se encontre mal acondicionado ou armazenado. Quando em sacos, será rejeitado todo aquele que seja confido em sacos abertos ou com indícios de violação.

5. Betume asfáltico

O betume asfáltico a empregar em misturas betuminosas, ou em revestimentos superficiais betuminosos, deve ser, respectivamente do tipo 60-70 e obedecer à especificação E80-1960 do Laboratório Nacional de Engenharia Civil



6. Betume fluidificado

O betume fluidificado deve ser do tipo MC-70 e obedecer ao projecto de especificação –NM7- revisão da E98-1962

7. Aditivos especiais para misturas betuminosas

Sempre que esteja previsto no projecto ou que o empreiteiro julgue conveniente incorporar às misturas aditivos especiais para melhorar a adesividade betume-agregado, deverá submeter à apreciação da fiscalização as características técnicas e o modo de utilização de tais aditivos.

8. Materiais para sub-base

Os materiais a aplicar devem ser constituídos por saibros de boa qualidade, isentos de detritos, matéria orgânica ou quaisquer outras substâncias nocivas, obedecendo às seguintes características:

- Limite de fluidez máximo.....	25%
- Índice de plasticidade máximo.....	6%
- Equivalente de areia mínimo.....	20%
ou CBR mínimo a 95% de compactação relativa (AASHO modificado).....	20%
- % máxima passada no peneiro nº 200.....	16%

9. Materiais para base de granulometria extensa

9.1 Agregado

O agregado deve ser constituído pelo produto de britagem de material explorado em formações homogêneas e ser isento de argilas, matéria orgânica ou quaisquer outras substâncias nocivas. No caso de ser utilizado material aluvionar, este deverá apresentar 50% de superfície fracturada.



9.2 Material de preenchimento

O material a aplicar deve ser apenas de preenchimento e regularização superficial e será constituído por produtos de britagem ou por saibro.

10. Materiais para base granular tratada com cimento

10.1 Agregado

O agregado deve ser constituído pelo produto de britagem de material explorado em formações homogêneas e ser isento de argilas, matérias orgânicas ou quaisquer outras substâncias nocivas.

10.1.1 Cimento

O cimento a empregar será do tipo Portland Normal, satisfazendo as condições expressas no " Caderno de Encargos para Fornecimento e Recepção do Cimento Portland Normal " aprovado pelo Decreto nº 40.870 de 22 de Novembro de 1956 (com os seus aditamentos).

O cimento será de preferência Nacional de fabrico recente e acondicionado de modo a estar bem protegido contra a humidade e de modo a ser inspeccionado com facilidade. Será rejeitado todo o cimento que se encontre endurecido, com grânulos ou que se encontre mal acondicionado. Quando em sacos, serão rejeitados os que não estejam fechados ou apresentem sinais de violação.

Para se conseguir uma cor uniforme em todos os parâmetros que ficam à vista, utilizar-se-á na execução de cada uma das obras de arte cimento com a mesma cor proveniente da mesma origem.

10.1.2 Composição da mistura



O teor em cimento da mistura será fixado em 5%, em peso. Poderá no entanto, ser usado uma dosagem menor desde que o processo de fabrico seja muito homogêneo e sejam obtidas as características mínimas seguintes:

- Resistência à compressão simples aos 7 dias..... 20kg/cm²
 - Resistência à tracção aos 7 dias (ensaio brasileiro)..... 3kg/cm²
 - Resistência à compressão simples aos 28 dias..... 30kg/cm²
 - Resistência à tracção aos 28 dias (ensaio brasileiro)..... 4,5kg/cm²
- Coeficiente de resistência à compressão simples aos 28 dias com imersão aos 14 dias (Ri) com resistência à compressão simples aos 28 dias (Rc)
- $$\frac{Ri}{Rc} = 0,75$$

O teor em água da mistura será fixado em laboratório de tal forma que as resistências mecânicas sejam as mais elevadas, sem todavia ser inferior de mais de 1% ao teor ótimo obtido no ensaio AASHO modificado sobre a mistura agregado/cimento. Como ordem de grandeza o teor em água será próximo de 5% a quando da compactação.

11. Agregado grosso e fino para misturas betuminosas

As partículas devem ser limpas, duras, com boa adesividade ao aglutinante, de qualidade uniforme e isento de materiais decompostos, de matéria orgânica ou outras substâncias prejudiciais.

12. Água, areia e brita para betões

A água, a areia e a brita para betões ligantes hidráulicos deverão satisfazer as condições impostas no Regulamento de Betões de Ligantes Hidráulicos.

Os elementos individuais do inerte grosso devem ser de preferência isométricos, não devendo o peso das partículas chatas e alongadas exceder mais de 20% do peso total, sendo "b" a largura, "d" a espessura e "l" o comprimento de uma partícula; consideram-se chatas as partículas com $d/b < 0,5$ e alongadas aquelas em que $l/b > 1,5$.

A dimensão máxima do inerte grosso não deverá exceder 1/5 da menor dimensão da peça a betonar e na zona com armadura 3/4 da distância entre vazões.

Os inertes serão lavados e cirandados se a fiscalização assim o entender.

A proveniência dos inertes e da água deve ser previamente aprovada pela fiscalização

13. Aços para aberturas

Estes aços deverão satisfazer às condições expostas no Regulamento de Estruturas de Betão Armado em vigor.

Deverão apresentar-se isentas de zincagem, pintura, alcatrão, argila, óleo ou ferrugem solta.

14. Madeiras

As madeiras devem ser de fibras direitas e unidas, bem cerneiras, não ardidas nem cardidas, sem nós viciosos, bem secas, isentas de caruncho ou fendas que comprometam a sua duração e resistência.

A qualidade, dimensão e aparelho das madeiras a empregar, serão as previstas no projecto da obra.

As lâbuas destinadas aos moldes para betão terão uma espessura nunca inferior a 0,03m, e serão aplainadas na face interior e tiradas da linha.



15. Moldes para Betão

Os moldes para betão serão executados com a maior perfeição e solidez, de forma a que fiquem rígidos durante a betonagem e sejam perfeitamente estanques para não permitir a fuga das leitadas do betão durante a vibração.

Devem também permitir que a descofragem se faça facilmente sem choques ou vibrações. Algumas horas antes de se fazer a betonagem deverão os moldes ser limpos de quaisquer detritos ou corpos que lá se encontrem e regados abundantemente.

Antes e durante a betonagem deverão vistoriar-se todos os moldes afim de verificar se a sua posição e estabilização são exactas.

16. Natureza dos Materiais

Todos os materiais empregues mesmo os não descritos neste Caderno de Encargos, serão de boa qualidade e aprovados pela fiscalização, que poderá exigir as provas e ensaios que julgar convenientes, deverão ter as características exigidas na legislação que lhe for aplicável ou, quando esta não existir, as que melhor convenham ao fim a que se destinam. Da mesma forma o facto da fiscalização permitir o emprego de qualquer material ou máquina, não isenta o empreiteiro da inteira responsabilidade sobre o seu comportamento, boa qualidade ou eficiência de funcionamento para o esquema previsto.

17. Preparação da Área de Intervenção

Compreende este artigo toda a preparação prévia da área de intervenção, incluindo limpeza e desmatação de arbustos e vegetação rasteira referenciada no mapa de trabalhos.



Município de Santarém
CÂMARA MUNICIPAL

•



UNIÃO DE FREGUESIAS

ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM



BENEFICIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DIVERSOS 2020
—RUA DA LADEIRA DE CARVALHO—
PROJ GOP´S 4/20-2014/5001-13

Memória Descritiva – Medições e Orçamento – Caderno de Encargos – Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição



UNIÃO DE FREGUESIAS

ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM

BENEFICIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DIVERSOS 2020

Rua da Ladeira Carvalho

Proj GOP´s 4/20-2014/5001-13

Memória Descritiva

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Âmbito do Projeto

A presente memória descritiva refere-se à execução dos trabalhos inerentes à Requalificação e Pavimentação de via de comunicação, nomeadamente, acesso ao lugar de Póvoa de Santarém/Azoia de Baixo, nomeadamente Rua Ladeira Carvalho, na União de freguesias de Achete/Azoia de Baixo/Póvoa de Santarém, efetuando a sua requalificação e beneficiação do arruamento no lugar situado na U. F. .Os trabalhos desenvolvidos referem-se a diversas atividades de recuperação/beneficiação e melhoramento na via de comunicação (nomeadamente nas diversas infraestruturas que esta é composta), permitindo um melhoramento e qualidade de vida dos cidadãos que habitam/circulam nessa zona. As soluções apresentadas neste projeto visam a promoção da manutenção e conservação de todos os elementos/componentes constituintes das vias de comunicação objeto da empreitada. Neste projeto incluem-se todas as atividades de conservação, tanto de carácter preventivo e definitivo de melhoria das vias, de forma a garantir aos utentes melhores condições de conforto na circulação, agradabilidade e melhores condições de segurança rodoviária. Tratam-se assim de atividades que, não se revestindo de particular complexidade, a sua atempada execução é, no entanto, condição fundamental para a preservação dos investimentos efetuados nas vias, assim como a segurança dos seus utentes.



2. OBJETIVOS DO PROJETO

Os objetivos fundamentais deste Projeto prendem-se com os aspetos a seguir explicitados, inerentes à normal conservação de estradas, estão contempladas as seguintes atividades:

1. Limpeza, conservação, reconstrução e construção de órgãos de drenagem;
2. Manutenção e estabilização de taludes;
3. Regularização e limpeza de bermas e valetas;
4. Conservação de pavimentos;
5. Atividades de segurança;
6. Atividades ambientais;
7. Obras de contenção;
8. Diversos (estaleiro e sinalização temporária da obra).

1- Limpeza, conservação, reconstrução e construção de órgãos de drenagem

Trata-se de atividades de limpeza geral da área de intervenção, além de reconstrução/melhoramento/conservação dos diversos órgãos de drenagem revestidos ou não, que captam e conduzem as águas pluviais, diminuindo a possibilidade de erosão e instabilidade dos elementos confinantes e dos vários órgãos recetores dessas águas, de acordo com indicações do Dono da Obra.

2- Manutenção e estabilização de Taludes

Estas atividades têm por objeto a regularização, manutenção e estabilização de taludes, de acordo com indicações do Dono da Obra. Para além da remoção de materiais provenientes de escorregamentos.

3- Regularização e Limpeza de Bermas e Valetas

Trata-se de atividades de regularização e limpeza de bermas e valeta de acordo com indicações do Dono da Obra.



4- Conservação de Pavimentos

Refere-se ao tratamento de degradações pontuais e à conservação da superfície betuminosa nas vias de comunicações, bem como a intervenções de reposição de condições de aderência em pavimentos como em zonas localizadas, segundo indicação do Dono da Obra.

5- Atividades de Segurança

Dizem respeito, entre outros, à manutenção/conservação da sinalização vertical, horizontal e equipamento de segurança, de acordo com indicação do Dono da Obra. Com estas atividades pretende-se que toda a sinalização existente esteja bem visível, legível, bem implantada e desempenhe cabalmente a sua função.

6- Atividades Ambientais

As atividades contempladas neste capítulo visam a manutenção das condições adequadas ao cumprimento das principais funcionalidades das vias e que se enquadram no âmbito da integração paisagística, nomeadamente: controlo da erosão hídrica e eólica dos taludes e estabilidade destes; manutenção dos sistemas de drenagem; valorização da estrada e da paisagem; valorização ecológica do meio envolvente; proteção das margens dos cursos de água situados nas proximidades da via; melhoria da qualidade do ar e melhoria das condições de segurança rodoviária e aumento do conforto para os utentes.

Asseguram trabalhos de ceifa e corte de vegetação herbácea, corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva. Incluiu ainda a poda e abates de árvores e arbustos, de acordo com indicação do Dono da Obra.

7- Obras de Contenção

Este capítulo inclui a manutenção/conservação/reconstrução/execução de muros de suporte, muros de vedação, muros de revestimento ou espera, paredes, guarda (corpos/metálicas ralis e acessórios de salvaguarda a motociclos e ciclistas) ou muros de ala de aquedutos, pontes e pontões, incluindo abertura e execução de fundações, de acordo com indicação do Dono da Obra. Está também incluída neste capítulo a demolição de muros de suporte, muros de vedação, muros de revestimento ou espera,



paredes, guarda corpos ou muros de ala de aquedutos, pontes e pontões, qualquer que seja a sua constituição, de acordo com indicação do Dono da Obra.

8- Diversos

Dizem respeito, entre outros, à montagem manutenção e desmontagem do estaleiro e sinalização temporária da obra.

8.1- Sinalização Temporária

O Empreiteiro obriga-se a executar todo tipo de sinalização temporária de acordo com o PSS. Precedendo a execução de qualquer tipo de trabalhos, os sinais e marcas considerados necessários tendo em vista garantir as melhores condições de circulação e segurança rodoviárias durante a empreitada, em estrita obediência ao Decreto Regulamentar n.º 22A/98, de 1 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 41/2002, de 20 de Agosto, ou da legislação que os venha a revogar e substituir, ou completar o quadro atualmente vigente, bem como o Manual de Sinalização Temporária da JAE.

Sempre que o adjudicatário pretenda executar trabalhos que provoquem condicionamentos da via, estes deverão ser executados nos termos e condições previstos neste projeto.

Todos os trabalhos que impliquem restrição de vias de circulação e/ou sempre que a equipa de fiscalização e o Coordenador de Segurança em Obra assim o entenda, devido à perigosidade da via em causa, condicionalismos do local e especificidade dos trabalhos a realizar. Cabe ao adjudicatário o pagamento de todos os encargos daí decorrentes (existe rubrica própria no mapa de trabalhos para a contratação de forças policiais para controlo de trânsito). O custo decorrente destas obrigações deverá estar refletido nos preços unitários dos trabalhos do contrato.



9- REGRAS A RESPEITAR NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO

A empreitada de que diz respeito o presente projeto caracteriza-se por envolver quer trabalhos de reação rápida (definidos no mapa de trabalhos), para sanar anomalias da via em consequência de ocorrências, quer trabalhos de execução duradoura dentro de um planeamento pré-definido pelo Dono da Obra, por forma a manter as condições de segurança exigíveis para a circulação pelos utentes da via.

Situação atual – aspetos gerais

A zona de intervenção preconizada numa maneira geral a recuperação de estrutura de base das vias de comunicação, limpeza de taludes, e regularização de camada de revestimento das mesmas.

Verifica-se também a necessidade de melhoramento de P.H. existente a permitir o escoamento da linha de água fácil e de forma normal de escoamento de águas pluviais.

Verifica-se a necessidade de recuperar a vias de comunicação, nomeadamente a sua pavimentação que se insere nas ruas dos lugares a intervir, que se apresentam em diversos tipos de pavimento degradados nomeadamente em Tout-Venant, “massas betuminosas a frio” num estado elevado de degradado.

A origem destes problemas poderão ser de entre outras, a proveniência de assentamentos e depressões, originadas pela inexistência de base do pavimento da rua para que foram dimensionadas, bem como pela ação da natureza, nomeadamente no período de inverno dos últimos anos ou possivelmente pretensão de outro tipo de intervenções que não foram realizadas na sua totalidade.

A intervenção que se deseja, nesta oportunidade, destina-se a melhorar a qualidade de vida da população residente naquela zona, reduzindo consideravelmente os danos causados nos veículos e a garantir ao mesmo tempo uma maior segurança para pessoas e bens.

1- Tipos de Trabalhos

Os tipos de trabalhos envolvidos na empreitada têm a seguinte definição:



a) Trabalhos planeados

Estes são os trabalhos correspondentes a uma execução pelo Empreiteiro, resultante de ordem/determinação de execução do representante do Dono da Obra e em respeito pelo planeamento da obra ou dos trabalhos da mesma espécie em curso.

Estes trabalhos após a ordem de execução do dono de obra devem de ser agendados e a sua execução planeada pelo empreiteiro devendo este reagir, ou seja, dar início à sua execução num prazo máximo de 15 dias.

b) Trabalhos não planeados

São trabalhos a realizar pelo Empreiteiro em reação a uma ordem de execução do Dono da Obra, ordem essa que não tem de ter em consideração nem planeamento da obra, nem os intervalos, nem os circuitos definidos previamente para execução de determinados tipos de trabalhos, mas em que a obrigação do Empreiteiro é de intervir num intervalo de tempo máximo pré-definido, sendo para o efeito remunerado de modo diferenciado.

c) Ordens de Execução

No presente contrato, os trabalhos a executar em cada mês, quer planeados, quer não planeados, têm sempre subjacente uma ordem de execução emanada do representante do Dono da Obra, ordem esta que, no caso de trabalhos planeados deve respeitar o planeamento da obra (plano de trabalhos e intervalos de execução) ou dos trabalhos da mesma espécie em curso. No caso de trabalhos não planeados, será sempre associada a uma situação de emergência, e pode ocorrer em qualquer altura do prazo e em qualquer estrada ou elemento da estrada que integre a rede associada ao contrato.

Notas a considerar na execução de trabalhos:

- Limpeza, conservação, reconstrução e construção de órgãos de drenagem: preferencialmente fora do período das chuvas, contudo poderá haver necessidade de executar trabalhos fora deste período, caso as condições meteorológicas o permitam;
- Manutenção e estabilização de taludes: preferencialmente durante e após o período das chuvas, contudo poderá haver necessidade de executar trabalhos fora deste período, caso as condições meteorológicas o permitam;
- Regularização e limpeza de bermas e valetas: de acordo com o cronograma planeado e aprovado pelo Dono de obra;
- Conservação de pavimentos: de acordo com o cronograma planeado e aprovado pelo Dono de obra, contudo poderá haver necessidade de executar trabalhos fora deste período, caso as condições meteorológicas o permitam;
- Obras de Contenção: qualquer período do contrato, e de acordo com o cronograma planeado e aprovado pelo Dono de obra;



- Atividades de segurança: qualquer período do contrato, e de acordo com o planeado no PSS com a orientação dada pelo técnico de segurança e a Fiscalização, respeitando sempre o contrato efetuado pelo Dono de Obra;
- Atividades ambientais: qualquer período do contrato, e de acordo com o cronograma planeado e aprovado pelo Dono de obra.

Situação Proposta

As intervenções que se preconiza na via comunicação deste projeto, são trabalhos são aqueles que estão descritas no mapa de medição, peça escrita que integra o processo de concurso.

Pretende-se arranjar e requalificar, beneficiando de estruturas/infraestruturas a condizer com as condições da zona urbana que se integra.

Todos os trabalhos estão indicados devidamente no mapa de medições e todos as peças escritas e desenhadas presentes neste projeto, no caso de indefinição do local ou discrepâncias entre as peças escritas e o local de implantação este deverá ser perguntado ao técnico de acompanhamento de obra ou ao fiscal da mesma.

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

O prazo de execução dos trabalhos é de 15 dias

Santarém, Outubro de 2020.



UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM

OBRA : Beneficção/Requalificação de Arruamentos diversos 2020 -Rua da Ladeira de Carvalho – U.F Achete/Azóia Baixo/ Póvoa de Santarém

Mapa de Quantidades

ARTº	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
------	-----------	--------	----	-------------	----------

Nota: O conteúdo desta peça deverá ser lido em conjunto com o caderno de encargos, não constituindo, portanto, uma descrição exaustiva das condições em que os trabalhos e fornecimentos deverão ser executados sendo, todavia, considerados relevantes

Nota: É da responsabilidade do adjudicatário a triagem e deposição seleccionada dos resíduos no local e ao longo do prazo da obra, assim como a contratação de operador licenciado para encaminhamento a depósito dos resíduos gerados em obra.

Estão englobadas nos trabalhos as operações relativas a fornecimento, aplicação, assentamento, cargas, descargas, aplicação em obra dos meios de protecção e segurança de pessoas e bens, e limpezas gerais iniciais e finais das áreas afectas à obra, e colocação de sinalização de obra e de informação legal em painéis informativos que contém a informação indispensável e necessária e útil relativa a obra

Nota : Antes de comecarem a realização das obras deverá ser efetuado a piquetagem para ser conferido com as medições. Caso haja divergência entre aquilo que está descrito nas medições e aquilo que está a ser efetuado deverá comunicar anteriormente ao fiscal e Dono Obra.

**Cap 1 - Rua da Ladeira de Carvalho
- Póvoa de Santarém**

1.1	Piquetagem de alinhamentos das vias incluindo todos os acessórios necessário de apoio topográfico e de edificação de locais especiais	1,00	vg		
1.2	Limpeza da área de intervenção ao longo da plataforma horizontal por processo mecânico/manual, incluindo carga e transporte de produtos a vazadouro.	515,58	m2		



UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM

*OBRA : Beneficção/Requalificação de Arruamentos diversos 2020 -Rua da
Ladeira de Carvalho – U.F Achete/Azoia Baixo/ Póvoa de Santarém*

Mapa de Quantidades

ARTº	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1.3	Raspagem em talude, limpeza regularização do talude, criação de berma e/ou valeta para uma valeta trapezoidal de boca de escoamento 0,5m (com adição de ABGE, no alteamento da berma até ao nível do pavimento novo) com intervenção de processo mecânico/manual da área de intervenção, incluindo carga e transporte de produtos a vazadouro. (Dec. Lei 46/2008)	480,00	m2		
1.4	Saneamentos em pavimentos existentes (fâmina, balde ou riper), com escavação máxima de 0,40m, se for caso de maior profundidade deverá ser a fiscalização a decidir incluindo escavação, remoção e tratamento de acordo com o PPG-RCD, dos produtos escavados e o preenchimento de acordo com o previsto no CE, incluindo colocação em aterro dos materiais provenientes da escavação (acrecido de 20%).	285,00	m3		
1.5	Fresagem pontuais de pavimentos, em misturas betuminosas, incluindo remoção e tratamento dos produtos fresados de acordo com o PPG-RCD e o preenchimento de acordo com o previsto no CE. (Dec. Lei 46/2008)	515,58	m2		
1.6	Construção/Reconstrução de valetas de plataforma, bordadura de aterro, banquetas, crista, pé de talude e descida de talude, em aterro ou escavação, revestidas em betão simples, de secção trapezoidal, com abertura igual ou inferior a 0,40m, incluindo todos os materiais e acessórios suficientes a sua boa execução, e remoção dos produtos a vazadouro de acordo com PPG- RCG	104,00	m		



UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM

OBRA : Beneficiação/Requalificação de Arruamentos diversos 2020 -Rua da Ladeira de Carvalho – U.F Achete/Azoia Baixo/ Póvoa de Santarém

Mapa de Quantidades

ARTº	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1.7	Regularização e/ou reperfilamento de pavimentos existentes (espessura variável), em betão betuminoso, AC 14 surf 35/50 ligante (BB) com inerte de basalto, com espessura média de 6 cm, incluindorega betuminosa de colagem em arruamentos de reduzida dimensão, bolsas ou quaisquer outras zonas com pavimento betuminoso, que devido à sua reduzida dimensão ou difíceis acessos requeiram a utilização de meios de transporte de misturas betuminosas ou de equipamento de espalhamento e compactação de reduzida dimensão.	74,55	ton		
1.8	Fornecimento e colocação de guardas de segurança por vigas metálicas de dupla onda (perfil W), fixada ao amerceador e prumos até à cota acima do pavimento 1.8m, incluindo guarda e todos os acessórios necessários e suficientes para a sua boa execução, incluindo guarda para motociclos e refletores.	44,00	ml		



UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM

OBRA : Beneficiação/Requalificação de Arruamentos diversos 2020 - Rua da Ladeira de Carvalho – U.F Achete/Azóia Baixo/ Póvoa de Santarém

Mapa de Quantidades

ARTº	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1.9	Fornecimento e colocação de terminais de cauda nos ralis de motociclos de acordo com a lei em vigor, fixada ao amarracador e prumos até à cota acima do pavimento, incluindo todos os acessórios necessários e suficientes para a sua boa execução, incluindo guarda para motociclos e refletores.	2,00	un		
1.10	Construção/requalificação de órgão de drenagem de escoamento de águas pluviais e colector de secção mínima de 315 mm com extensão máxima de 12 ml, com revestimento de betão, incluindo todos os materiais necessários e suficientes a sua execução, incluindo a remoção de todos os materiais da renovação a vazadoiro de acordo com o PPG-RGD	12,00	ml		
1.11	Fornecimento e aplicação de camada de regularização em tout-venant com 0,20 m de espessura média, incluindo preparação do terreno movimento de terras nivelamento de plataforma para a colocação de camada de regularização de tout-venant, rega e compactação e remoção de todos os materiais a vazadoiro de acordo com o PPG- RGD	134,05	ton		
Total do Cap 1- Rua da Ladeira de Carvalho - Póvoa de Santarém					



UNIÃO DE FREGUESIAS
ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM

PLANO DE PREVENÇÃO E
GESTÃO DE RESÍDUOS DE
CONSTRUÇÃO E
DEMOLIÇÃO

BENEFICIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DIVERSOS 2020-10-

RUA DA LADEIRA DO CARVALHO

Proj GOP's 4/20-2014/5001-13^α

I- Dados Gerais da Entidade responsável pela obra

- Nome: União de Freguesias de Achete/Azoia de Baixo/Póvoa de Santarém
- Morada: Casais da Igreja - 2000- 366 Achete Str
- Concelho: Santarém
- Telefone: 243 469 555
- Fax: 243 469 330
- E-mail: achetefreg@sapo.pt
- Nº identificação de pessoal colectiva (NIPC): 507 345 515
- CAE Principal Rev3: 84113

II- Dados gerais da Obra

- Tipo de obra: Beneficiação da rua da Lareira do Carvalho
- Código do CPV: 45233250 – 6 : Obras de pavimentação excepto para estradas
- Nº de processo de AIA: -
- Identificação do Local de Implantação: Achete

III- Resíduos de Construção e Demolição

1. Caracterização sumária da Obra: Pavimentação numa área aproximada de 520,00 m²
2. Descrição dos métodos construtivos a utilizar: Tendo em visto os princípios referidos no artº 2 do Dec. Lei nº 46/2008, de 12 Março. Os métodos construtivos adoptados para esta obra compreendem as seguintes actividades:
 - Limpeza da superfície de implantação da área de renovação da via de comunicação e acessos, levantamento de pavimentos,

levantamento de caixas de visita retificação de entradas de propriedades bem como a regularização de valetas em terra e tudo o que está associado:

- Corte e fresagem para ligação ao pavimento existente. A área onde se prevê executar esta tarefa foi definida de forma de forma a minimizar a produção de betuminoso:
- Corte no pavimento betuminoso incluindo saneamento dos solos, numa profundidade mínima de 0,40m. Os solos removidos deverão ser reutilizados de acordo com o nº 2 do artigo 6º do Dec. Lei 46/2008.
- Execução de pavimentação da área a renovar.

IV- Incorporação de reciclados

Metodologia para incorporação de reciclados:

Reciclados integrados em obra		
Identificação dos reciclados	Quantidade integrada na obra (ton)	Quantidade a integrar em relação ao total de materiais (%)
Valor total		

Nota:

- a) Não se prevê a incorporação de materiais reciclados na presente empreitada.
- b) Relativamente aos passeios e as valetas, as misturas betuminosas permite-se ao empreiteiro a incorporação de materiais reciclados, após aprovação por parte da fiscalização.

- c) Não se prevê a incorporação de materiais reciclados de RCD na presente empreitada.

V- Prevenção de Resíduos

VI- Metodologia de prevenção de RCD

Metodologia de prevenção de RCD

- a) Metodologias de prevenção de RCD- Na execução das tarefas descritas na alínea b), do ponto 1 do capítulo III, adoptaram-se critério de forma a minimizar a área de intervenção.
- b) Materiais a reutilizar em obra – Sempre que os produtos resultantes das escavações apresentarem características técnicas que possibilitem a sua reutilização, esta poderá acontecer com prévia aprovação da fiscalização.

Materiais a reutilizar em obra		
Identificação dos materiais	Quantidade a reutilizar na obra (ton ou m3)	Quantidade a reutilizar em relação ao total de materiais (%)
Solos não contaminados	13,50 t ⁽¹⁾	30 ⁽¹⁾
Valor Total	13,50 t ⁽¹⁾	30 ⁽¹⁾

(1) Valor estimado

VII- Acondicionamento e triagem

- a) Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na Obra ou em Local à mesma: - Nesta empreitada prevê-se a produção dos seguintes resíduos:
- Misturas betuminosas de alcatrão;
 - Solos não contaminados;
 - Plásticos, restos de execução de materiais pré-fabricados

Relativamente ao seu acondicionamento e triagem há que referir que as misturas betuminosas de alcatrão e as argilas deverão ser acondicionadas em contentores metálicos abertos adequados aos resíduos em questão mas separados, os plásticos e os restos de materiais pré-fabricados deverão ser acondicionados contentores (caso dos plásticos: possibilidade de big bag) metálicos abertos

No que diz respeito aos solos não contaminados, sempre que as suas características o permitirem serão reutilizados em obra, não se prevendo forma de acondicionamento.

b) Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade

VIII- Produção de RCD

Código LER	Quantidade produzidas (ton ou m3)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação
17 03 01- Mistura de betuminoso contendo alcatrão	15,50 t (1)	0	NA	0	NA	100	D15
17 05 04- Solos e rochas não abrangidas por 17 05 03	16,20 t (1)	0	NA	0	NA	100	D15
17 01 07- Mistura de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas por 17 05 03	11,50 t(1)	0	NA	0	NA	100	D15
Valor total	43,20 t						

(1) Valor estimado

IX- Guias de Acompanhamento de Resíduos de Construção e Demolição (designado na sequência por GARCO)

O Adjudicatário deve numerar as Guias de Acompanhamento de Resíduos de Construção e Demolição através do uso de codificação própria para esse efeito,

para controlo interno dos resíduos encaminhados para os destinos licenciados/autorizados.

O adjudicatário deve preencher os campos II, III e IV do modelo constante da Portaria nº 417/2008 de 11 de Junho.

Para os RCD produzidos por mais do que um produtor ou detentor, o adjudicatário deve preencher os campos II e III do modelo constante do anexo II da Portaria nº 417/2008 de 11 de Junho.

O transportador de RCD produzidos por mais do que produtor ou detentor deve preencher o campo I dos modelos constantes do anexo II da Portaria nº 417/2008 de 11 de Junho.

O adjudicatário deve certificar-se que o destinatário dos RCD produzidos em obra preenche as GARCD de uma forma clara e legível, encontrando-se devidamente assinadas.

Os transportados deve manter durante um período mínimo de três anos os originais das GARCD.

O destinatário dos RCD deve manter, durante um período mínimo de três anos as cópias das GARCD.

De forma a controlar internamente a movimentação de RCD, o Adjudicatário deve manter durante pelo menos o período de execução da obra, cópias das GARCD enviadas para o destinatário, estando sempre disponíveis para o efeito de fiscalização pelas entidades competentes.

O adjudicatário deve certificar-se que o operador de gestão de RCD envia, no prazo máximo de 30 dias, o certificado de recepção dos RCD recebidos na sua instalação, nos termos constantes do anexo III do Dec. Lei 46/2008 de 12 de Março.

No caso de o destinatário não ser um operador de gestão de resíduos, o adjudicatário deve certificar-se que o primeiro fornece ao produtor ou ao detentor, no prazo de 30 dias contados da data da recepção dos resíduos uma cópia do exemplar da GARCD.

O Adjudicatário deve manter durante pelo menos o período de execução da obra os Certificados de Recepção emitidos pelos Operadores Licenciados de Gestão de Resíduos, estando sempre disponíveis para efeito de fiscalização pelas entidades competentes.



UNIÃO DE FREGUESIAS ACHETE/AZOIA DE BAIXO/PÓVOA DE SANTARÉM

DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

Artº 14º do Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro

1. INTERLOCUTORES

1.1. DONO DA OBRA:

Nome: União de Freguesia de Achete/Azoia de baixo/Póvoa de Santarém

Casais da Igreja - 2000- 366 Achete

Telef: 243 469 555. Fax: 243 469 330.

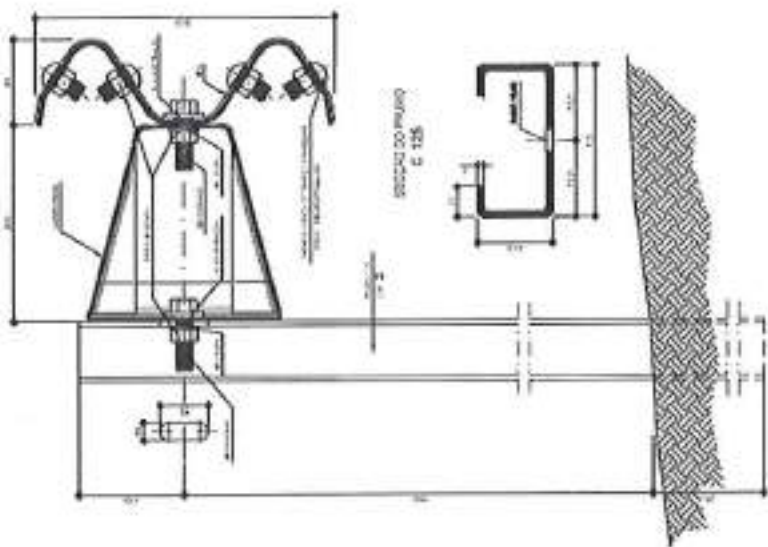
E-mail: achetefreg@sapo.pt

1.2. NOME DA OBRA:

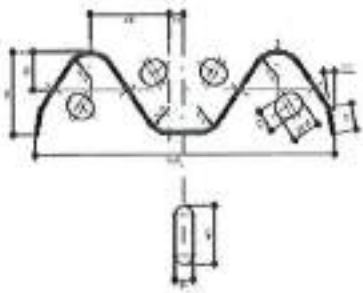
BENEFICIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DIVERSOS 2020- RUA DA LADEIRA CARVALHO – PROJ GOP'S 4/20-2014/5001-13;

1.3. Face ao tipo de obra o desenvolvimento do P.S.S. deve obedecer ao estabelecido no artº 14º do D.L. 273/2003 de 29 de Outubro (fichas de procedimento de segurança).

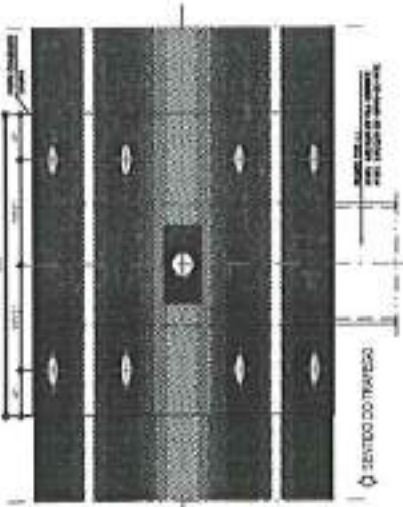
PROJEÇÃO DE TUBO DE TAVANOS MISTO



PROFIL DA VIGA



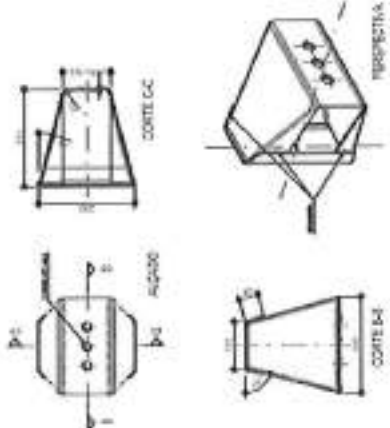
PERFIL DE SUBSTITUIÇÃO DA VIGA



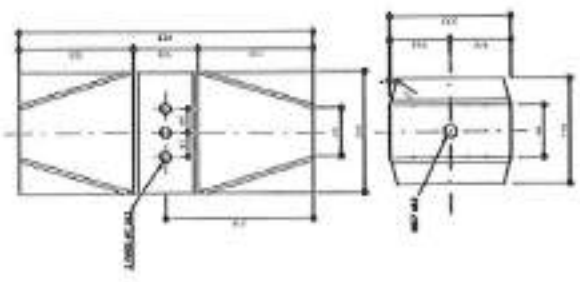
PLANTAS CÂMERA DE TUBO COM TUBO



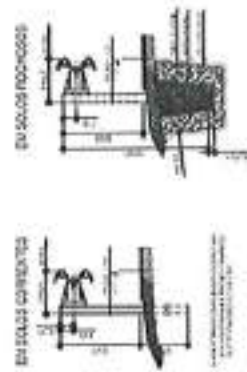
ASPECTOS DO AUMENTADOR



PLANTAS DE TUBO DE TAVANOS

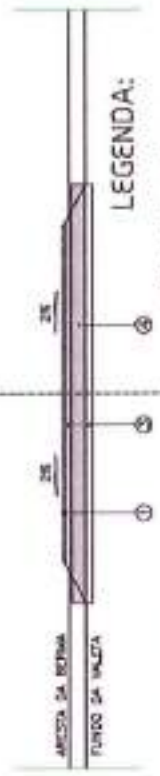


SOLUÇÃO DAS QUANTIDADES DE SEGURANÇA



NOTA:
 Para pavimentos tipo alcatrão ou em concreto de baixo pórtico, a profundidade da base de granito métrica é sempre a mesma, com uma espessura de 15cm nas serventias e 20cm nas valetas.

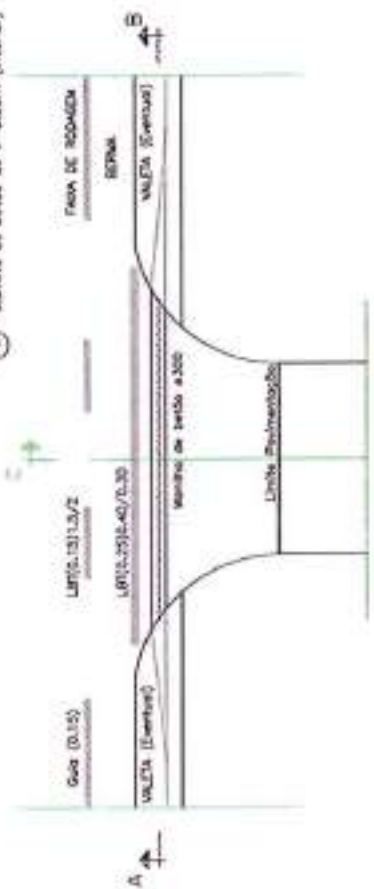
CONTINUIDADE DE VALETA SOB SERVENTIA E SERVENTIA TIPO



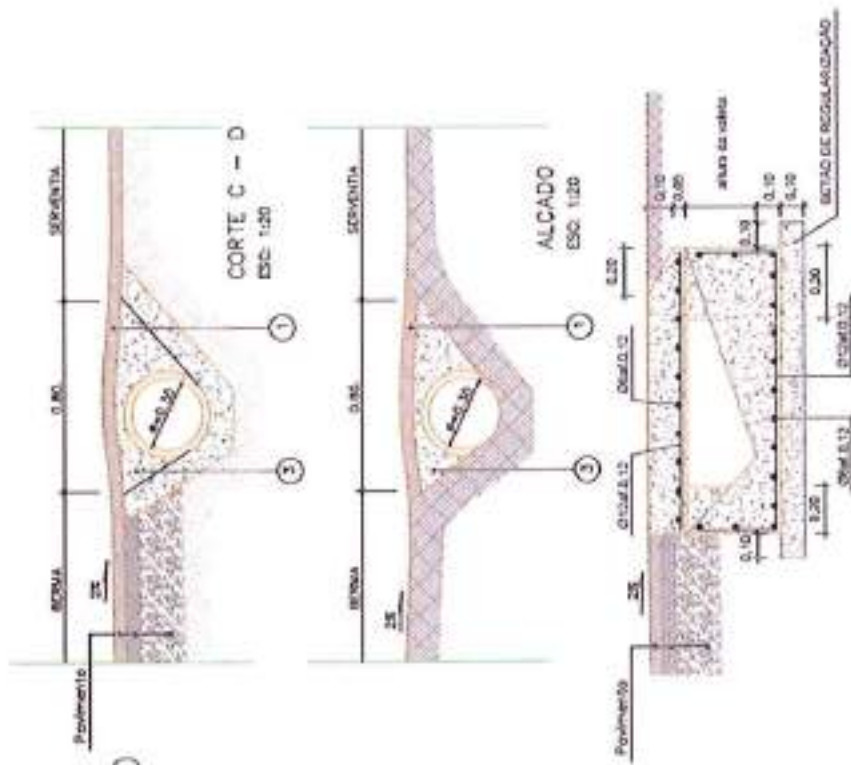
CORTE A - B
 ESC: 1:100

LEGENDA:

- ① - Bedão perimetral
- ② - Base de granito métrica ensesa
- ③ - Bedão B15.3
- ④ - Montão de betão de $\phi=0.30m$ (interior)

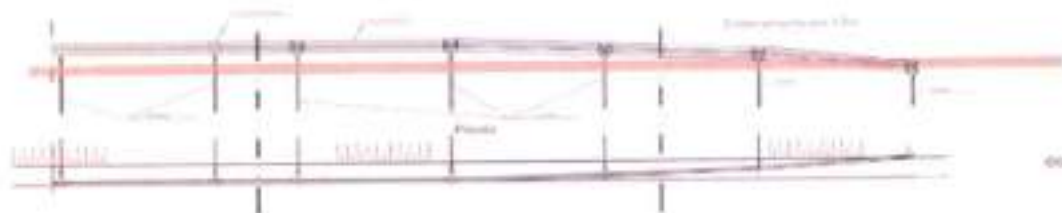


PLANTA
 ESC: 1:100

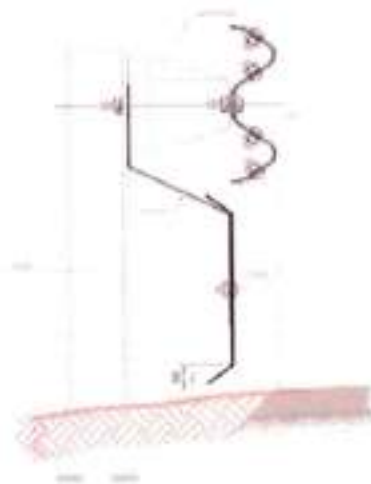


COM VALETAS E LAJE DE BETÃO

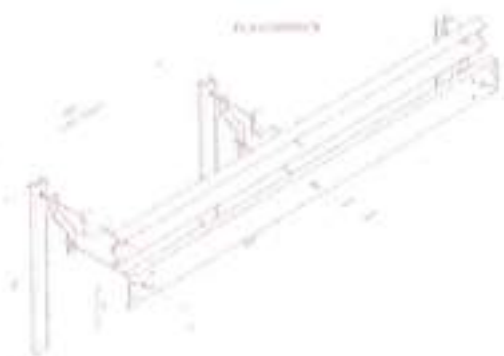
COMBINAÇÃO DE ACRIBLADO DA CURVA DE SEGURANÇA
 Aquilo



CURVA DE SEGURANÇA COM LAMINA

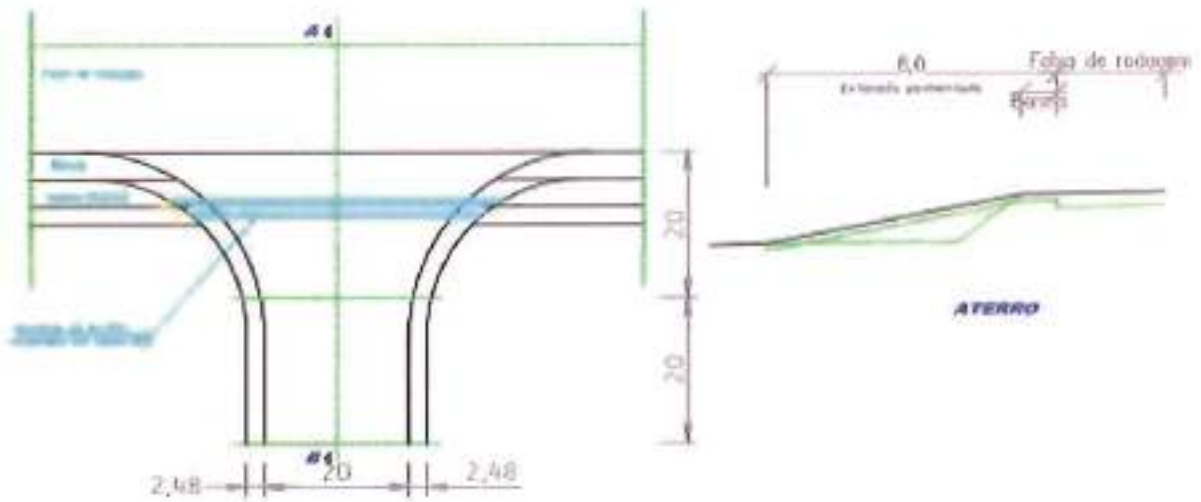


PERSPECTIVA
 MONTAGEM DE PROTEÇÃO A MOTOCICLISTAS
 São Paulo - 1980

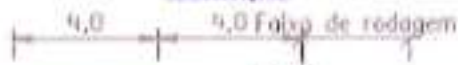


SERVENTIAS TIPO

SECCÃO



EXCAVAÇÃO

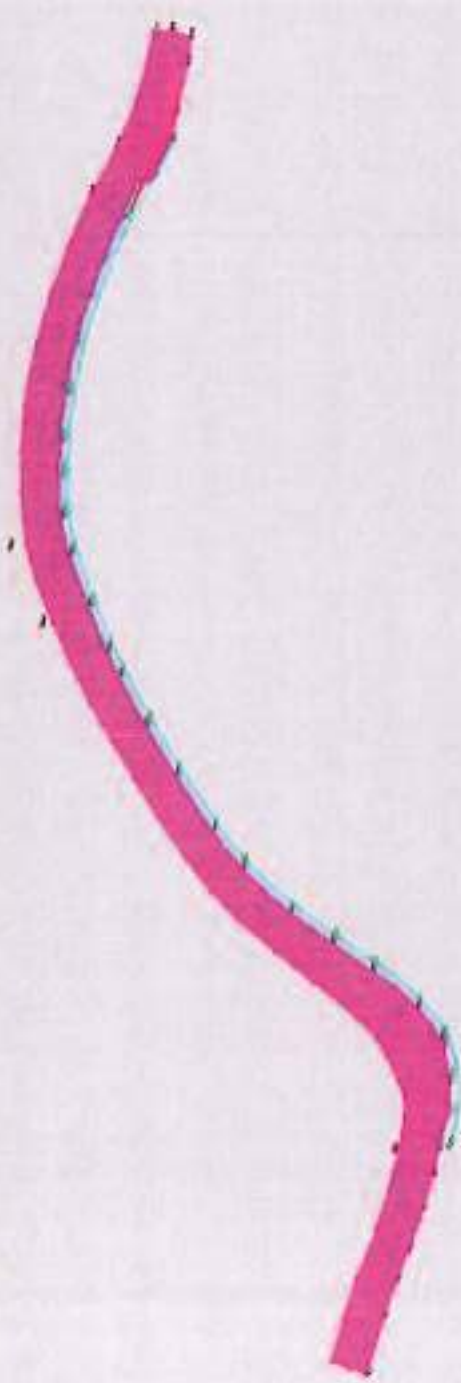


SECCÃO



CORTE A-B

RUA LADEIRA DO CARVALHO



ÁREA = 515,50m²
VALETAS = 104,00ml

Datums Allinètrico - Marègrafo de Cascals (Cascals Helmerl 1958)

X-00723



Zona de Intervenció

0 0,02 0,04 km

X-00723.1

Base Cartográfica:

Sistema de Coordenadas: ETRS89 / PT-TM06. Elipsóide GRS 1980, Projeção Cartográfica: Transversa Mercator
Datum Allimétrico - Marégrafo de Cascais (Cascais Helmerl 1938)



448082
X-445048



CÂMARA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SANTARÉM

CONSULTA AO PDM pt

Local: 14525

Escala: 03/02/2020

Data:

